

## **OS PRIVILÉGIOS DA BRANQUITUDE E A REPRODUÇÃO DE DESIGUALDADES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

Matheus Monteiro Nascimento<sup>1</sup>  
matheus.monteiro@ufrgs.br

21

### **RESUMO**

Os estudos críticos da branquitude tiveram a sua emergência em meados dos anos 1990. Esta perspectiva surge no contexto das pesquisas sobre as relações étnico-raciais a fim de problematizar toda uma estrutura de favorecimento da população branca. Tentando dar visibilidade a esta estrutura, no presente estudo tem-se o objetivo de analisar de que maneira os privilégios simbólicos da branquitude se materializam no acesso ao ensino superior público brasileiro. As análises foram realizadas tendo como base os dados do Exame Nacional do Ensino Médio de 2018. Os resultados mostram que os brancos tendem a acessar cursos e futuramente seguir em profissões de maior potencial remuneratório. Esta vantagem é o produto de toda uma estrutura de favorecimentos historicamente construída. Como exemplo, selecionando estudantes de mesmo nível de capital econômico, os candidatos brancos possuem uma melhor estrutura domiciliar para a realização dos estudos pelo fato de possuírem mais acesso à internet e mais computadores para utilização do que alunos pretos, pardos, indígenas ou amarelos. Todos resultados são analisados à luz dos estudos de teóricos brasileiros da branquitude.

**Palavras-chave:** Branquitude, ENEM, étnico-raciais, desigualdades.

### **1 INTRODUÇÃO**

O Brasil foi o último país da América Latina a abolir a escravidão, no ano de 1888. De lá pra cá, muitos foram os esforços teóricos e políticos para reduzir os impactos de mais de trezentos anos de exploração do povo negro no país. O escravismo, como meio de relação social de produção, afetou não apenas aqueles que foram forçados a trabalhar sob a sombra de um chicote, mas também todos os seus descendentes que experimentam até os dias de hoje os seus efeitos. O impacto da escravidão no Brasil foi tão profundo que a atual estrutura social - marcada pela distinção entre classes - e moral - representada por sentimentos preconceituosos travestidos de conservadores - pode ser explicada a partir da mesma lógica que permitia que brancos tratassem negros e indígenas como animais selvagens (SCHUCMAN, 2012; SOUZA, 2009; TELLES, 2003). Atribuindo a este meio desumano de relação social de produção a gênese

---

<sup>1</sup> Doutor em Ensino de Física pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Professor Adjunto do Departamento de Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

e o desenvolvimento das classes sociais do Brasil, podemos entender como, e por que, hoje os brancos estão concentrados na classe média e na elite brasileira (SOUZA, 2018). Mas a ocupação destas posições sociais não advém de um suposto mérito destes indivíduos. Existe ainda em muitas partes do mundo, e em especial no Brasil, uma vantagem dissimulada e velada para aqueles que são vistos como brancos. Há ainda, é claro, maiores vantagens para aqueles que são identificados como homens e brancos (RIBEIRO COROSSACZ, 2014).

Basta um olhar atento ao entorno para perceber que os brancos ocupam posições privilegiadas na sociedade. Em qualquer profissão de maior prestígio - médicos, advogados, dentistas ou embaixadores - os brancos estão super-representados. O percentual de autodeclarados brancos no Brasil gira em torno de 49 por cento (PETRUCCELLI; SABOIA, 2013), no entanto, basta circular pelas grandes cidades para observar que nas posições funcionais de maior rentabilidade, a representatividade dos brancos é muito maior do que este percentual. O fato do preconceito racial estar relacionado com a população não branca é o resultado dos privilégios raciais da população branca no Brasil (SCHUCMAN, 2012).

Os estudos sobre a branquitude (*whiteness studies*) surgem dentro das pesquisas sobre relações étnico-raciais a fim de questionar o papel dos brancos na sociedade (KOLCHIN, 2009). O que tem de único e especial nos estudos sobre a branquitude é que eles invertem a orientação das pesquisas sobre relações étnico-raciais, focando na natureza da construção social da identidade dos brancos (DOANE; BONILLA-SILVA, 2013). Em outras palavras, em vez de estudar “problemas” relacionados com os não brancos, os estudos sobre a branquitude focam nas práticas do grupo dominante, no caso brasileiro, os brancos. A branquitude está preocupada com a não tematização dos brancos na lógica das relações étnico-raciais, qual seja, com a invisibilização da identidade racial das pessoas brancas no Brasil. Como destacado por Frantz Fanon (2008), o branco está fechado na sua brancura.

Sendo pesquisador da área da Educação em Ciências, e branco, tenho refletido sobre minha trajetória no campo acadêmico e sobre minhas práticas pedagógicas a fim de problematizar a posição que ocupo na sociedade e questionar todos os privilégios que obtive no decorrer deste percurso. Relembro dos professores que tive, e penso nos colegas que tenho, dentro da minha área básica de formação, a Física, e percebo que os privilégios da branquitude se estendem a praticamente todos aqueles que me circundam. Por isso, neste trabalho pretendo iniciar uma discussão, que é muito periférica no contexto educacional brasileiro e internacional (LE; MATIAS, 2019; SAMMEL, 2009), sobre este lugar de privilégio ocupado pelos brancos na educação. Para tanto, me proponho a investigar de que maneira os privilégios da branquitude se materializam na seleção de estudantes para o ensino superior público brasileiro. Para

responder este questionamento me apoio nos dados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2018 a fim de construir análises que façam emergir esta estrutura de privilégios até hoje velada. Por isso, o presente trabalho é de natureza multidisciplinar e se concentra, mas não se limita, a um estudo empírico na linha de análise de Políticas Públicas Educacionais, se interconectando com estudos críticos sobre a branquitude e as consequentes desigualdades sociais. Na próxima seção, faço uma discussão sobre a historicidade dos estudos sobre a branquitude, em seguida, detalho o percurso metodológico que permitiu a realização das análises; posteriormente apresento os resultados obtidos juntamente com uma discussão e, por fim, detalho as implicações do trabalho e perspectivas de pesquisas futuras.

Este trabalho não poderia ser pensado sem as contribuições de diversos colegas que vem problematizando há algum tempo as relações étnico-raciais na área de pesquisa que atuo (ALVES-BRITO *et al.*, 2020; PINHEIRO, 2019; ROSA, 2019; VERRANGIA; SILVA, 2010; VIEIRA; ROHDEN; PAULA, 2016). Se hoje questiono minha identidade branca e o lugar que ocupo na sociedade, foi porque estas pessoas lutaram para, primeiramente, dar visibilidade para questões até então ausentes das pesquisas brasileiras desta área.

## **2 ESTUDOS SOBRE A BRANQUITUDE**

Reconhece-se que os estudos críticos da branquitude (*critical whiteness studies*) tiveram a sua consolidação nos EUA na década de 90 do século passado (TWINE; GALLAGHER, 2008), a partir da luta política de combate ao racismo. A principal característica destes estudos foi a alteração da perspectiva de análise, migrando dos grupos desde sempre “racializados” e passando para aqueles que foram a base sobre a qual se construiu a noção de raça, quais sejam, os brancos (SCHUCMAN, 2012). O trabalho de William Du Bois, *Black Reconstruction in the America* (2017), publicado pela primeira vez em 1935, é percebido como uma das primeiras análises sistemáticas da identidade branca no contexto norte-americano e contribui para a consolidação dos *whiteness studies* nos anos noventa. Du Bois (2017) mostrou que o trabalhador branco norte-americano, mesmo recebendo baixos salários, era compensado por vantagens simbólicas, que o autor chamou de salário público e psicológico. Este ganho simbólico se materializava na livre circulação pela sociedade, em melhores condições habitacionais e em vantagens jurídicas, por exemplo (DU BOIS, 2017).

A despeito deste reconhecimento, investigações sobre a mesma temática e que se mostraram fundamentais para sua estruturação foram produzidas na África, na Inglaterra e no

Brasil (CARDOSO, 2010). Estas pesquisas investiram na denúncia do papel da colonização na construção do mito da superioridade da branquitude e como isto influenciou as elaborações psíquicas dos negros (FANON, 2008); lutaram para desconstruir o ideal social da branquitude e para construir uma consciência sobre as desigualdades raciais nas estruturas da sociedade (BIKO, 1990); e buscaram evidenciar que a invisibilização é um elemento central da branquitude, uma vez que coloca a branca como ideal estético no plano ideológico e apaga qualquer descendência biológica cultural negra (GUERREIRO RAMOS, 1957).

Além do trabalho iniciado por Guerreiro Ramos na década de 50, os/as pesquisadores/as que foram pioneiros na análise da branquitude no contexto brasileiro (BENTO, 2002; CARDOSO, 2008; RIBEIRO COROSSACZ, 2005; SCHUCMAN, 2012; SOVIK, 2004) são uníssonos em mostrar que a branquitude se caracteriza por exprimir uma posição de vantagem no espaço social, ou seja, de privilégio estrutural, que é produto de uma longa história de colonização, opressão, apagamentos e silenciamentos. Estas discussões sobre os privilégios simbólicos e psíquicos da branquitude naturalmente se complementam por análises dos seus privilégios materiais (GUIMARÃES, 1999; HASENBALG, 1979), em especial no campo educacional (BARCELOS, 2013; HASENBALG; SILVA, 1990; JÚNIOR; DAFLON, 2014; SILVERIO, 2002).

Com base nos trabalhos citados, portanto, analiso de que maneira os privilégios da branquitude se materializam no acesso ao ensino superior público brasileiro. Na próxima seção descrevo o processo através do qual realizei minhas análises.

### **3 PERCURSO METODOLÓGICO**

No contexto brasileiro, desde o ano de 2009 que o acesso dos estudantes às universidades públicas é realizado majoritariamente a partir do resultado nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). O desempenho médio dos alunos em quatro provas objetivas – Ciências da Natureza (química, física e biologia), Ciências Humanas, Linguagens e Matemática – e numa redação é o critério para esta seleção. Considerando o número expressivo de candidatos que realizam o exame desde então – uma média de 5 milhões de pessoas – o ENEM se tornou uma importante fonte de dados para pesquisas no campo educacional. Além da nota nas provas, o governo brasileiro disponibiliza numa base de dados as respostas dadas pelos estudantes a um questionário socioeconômico, preenchido no momento da inscrição no exame. Um argumento que reforça a ideia de que os dados do ENEM se tornam ferramenta

importante para pesquisas educacionais é o fato de que os alunos realizam a prova com afinco, uma vez que a busca pelo ensino público no Brasil é o objetivo de muitos estudantes em fase de conclusão do ensino médio.

Pela sua relevância no âmbito nacional, desde a sua criação, muitas pesquisas se envolveram com a análise dos dados do ENEM. Para os objetivos da presente pesquisa, cabe citar aquelas investigações que se preocuparam em associar o desempenho dos estudantes no exame com informações retiradas do questionário socioeconômico (KLEIN; FONTANIVE; CARVALHO, 2007; MARCOM; KLEINKE, 2016; NASCIMENTO, 2019; TRAVITZKI, 2013). Estas investigações contribuíram para que o delineamento da presente pesquisa pudesse ser realizado.

O ENEM é realizado por candidatos de condições socioeconômicas variadas e oriundos de regiões com características demográficas distintas. Para este trabalho, foram selecionados os candidatos que realizaram o exame no ano 2018, que contou com mais de 5,5 milhões de inscritos.

Para selecionar a amostra de candidatos para o presente estudo, foram aplicados três filtros ao conjunto de dados. Primeiramente, foram separados os estudantes que estavam em situação de conclusão do ensino médio no ano de aplicação da prova. Este filtro é útil para eliminar aqueles indivíduos que realizaram a prova para objetivos que não o ingresso ao ensino superior, ou que já tiveram a oportunidade de realizar cursos preparatórios para o exame após a conclusão do ensino médio. O segundo filtro foi para eliminar do conjunto de dados os candidatos que não responderam questões específicas do questionário socioeconômico úteis para a pesquisa, como renda familiar média e declaração de cor/etnia. Por último, foram selecionados apenas aqueles(as) alunos(as) que estiveram presentes nas quatro provas objetivas do exame. Ao fim das filtragens, a amostra se constituiu por 1.243.016 estudantes, valor mais do que suficiente para a realização de estudos quantitativos. A Tabela 1 mostra o número de candidatos para cada uma das categorias de declaração de cor/etnia.

Tabela 1. Distribuição dos candidatos por cor/etnia em 2018.

Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Total
487.233	143.188	575.353	29.013	8.229	1.243.016
39,20%	11,52%	46,29%	2,33%	0,66%	

Fonte: Autor. Dados: INEP<sup>2</sup>, 2018.

<sup>2</sup> Os microdados do ENEM podem ser obtidos em: <http://inep.gov.br/microdados>.

Após a constituição da amostra, a fim de analisar a relação entre brancos e os benefícios da sua branquitude para o acesso ao ensino superior público brasileiro, foi calculado um desempenho médio para cada estudante a partir da média aritmética nas quatro provas objetivas do ENEM. Estas médias foram cruzadas com a informação de declaração de cor/etnia do questionário socioeconômico. Ademais, foi associado ao desempenho dos candidatos as notas de corte do Sistema de Seleção Unificado (SiSU) para ingresso em cursos como: medicina, engenharia, administração e licenciatura em Física. O percentual de candidatos brancos com possibilidade de acesso aos referidos cursos foi analisado.

Para reduzir a influência do capital econômico e fazer emergir a influência da cor branca no desempenho, alunos de mesma renda familiar foram selecionados dos dados para a análise de distribuições e frequências. Todas as análises presentes nesta pesquisa foram realizadas no ambiente de programação R (TEAM, 2000).

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A primeira análise realizada trata da distribuição da média dos candidatos para cada categoria de declaração de cor/etnia. A Figura 1 mostra a densidade destas distribuições. As notas médias no ENEM assumem valores que variam entre 0 e 1000, aproximadamente. Além da apresentação das distribuições, na Figura 1 foram inseridas as menores notas de corte para ingressar em alguns cursos específicos. As notas de corte foram obtidas no próprio *site* do SiSU. Para ingressar no referido curso, portanto, o aluno precisa de uma nota média superior a nota de corte.



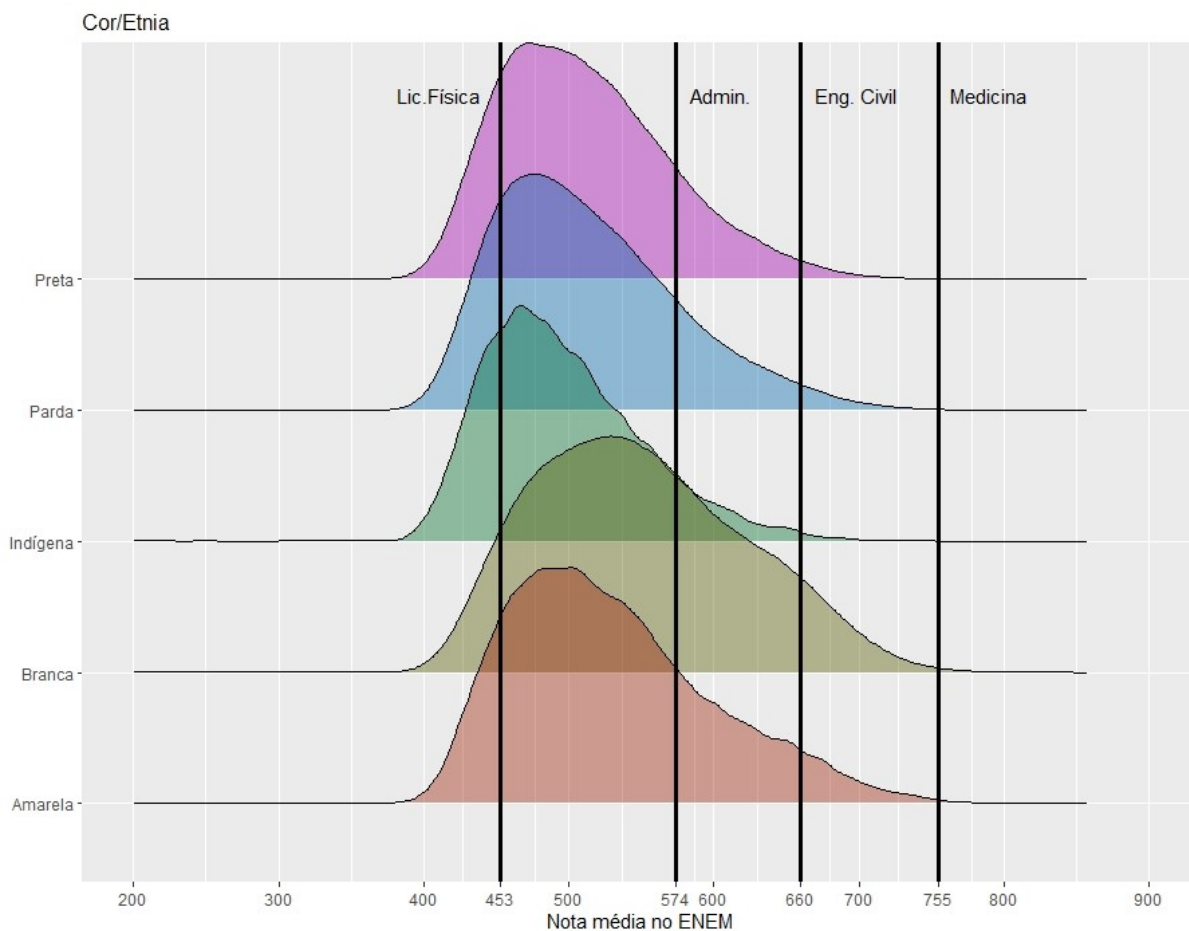


Figura 1. Densidade de distribuições da nota média no ENEM para cada categoria de declaração de cor/etnia. As mais baixas notas de corte de alguns cursos foram adicionadas no gráfico. Fonte: Autor. Dados: INEP, 2018.

Nota-se que a nota mínima para o ingresso em um curso de medicina (755 pontos) é praticamente inatingível para todos os candidatos. Já engenharia civil é muito mais tangível para os candidatos brancos e amarelos do que para pretos, pardos e indígenas, assim como administração. A licenciatura em Física, que representa a menor nota de corte dentre todos os cursos disponíveis em 2018, é acessível para grande parte dos estudantes. Para analisar em maior detalhe o número de candidatos que acessa cada curso, foi construída a Tabela 2.

Este resultado torna evidente de que maneira os privilégios da branquitude se materializam na possibilidade de escolha de uma profissão de maior retorno financeiro para os brancos do que para os não brancos. Isto, no futuro, tende a aumentar as desigualdades sociais já existentes (GUIMARÃES, 2003; HASENBALG; SILVA, 1990). É importante chamar a atenção, ainda, que a nota de corte registrada é a menor de cada curso independentemente da instituição ou localização. Quer dizer, mesmo que o aluno esteja no grupo que possui nota

suficiente para ingressar no curso, isto não garante que o faça, pois muitas vezes exigiria uma mudança de cidade ou estado de residência.

Tabela 2. Número e percentual de candidatos que atingem a nota de corte para cada curso.

	Lic. Física		Administração		Eng. Civil		Medicina	
Amarela	25438	87,68%	7072	24,38%	1585	5,46%	36	0,12%
<b>Branca</b>	<b>449079</b>	<b>92,17%</b>	<b>171080</b>	<b>35,11%</b>	<b>39676</b>	<b>8,14%</b>	<b>823</b>	<b>0,17%</b>
Indígena	6347	77,13%	778	9,45%	60	0,73%	0	0,00%
Parda	479454	83,33%	97409	16,93%	13324	2,32%	178	0,03%
Preta	120279	84,00%	21275	14,86%	2004	1,40%	15	0,01%

Fonte: Autor. Dados: INEP, 2018.

No ano de 2019, pela primeira vez na história, os brancos deixaram de ser maioria nas universidades públicas (BÔAS, 2019), indicando uma maior equidade no acesso ao ensino superior. O resultado da Tabela 2 evidencia, contudo, que os brancos tendem ainda a ocupar as posições mais destacadas nas instituições de ensino, corroborando a noção de que a branquitude consiste na ocupação de posição de vantagem no espaço social (BENTO, 2002; CARDOSO, 2008; SCHUCMAN, 2012).

Para reduzir a influência do capital econômico no desempenho dos alunos – Bourdieu (1975) mostrou que o capital econômico juntamente com o cultural são fatores que se refletem na trajetória escolar dos alunos – foram retirados da amostra inicial apenas os estudantes com renda familiar média menor do que dois salários mínimos, o que resultou em um grupo de 768.315 candidatos.

Chama a atenção que mesmo controlando esta variável, a média dos alunos brancos foi de 518 pontos, sendo que todos os outros grupos tiveram média menor do que 500 pontos. Para entender esta diferença, foi construída a Tabela 3, que mostra a distribuição de candidatos que possui acesso à internet em casa e o percentual que possui ou não computador no domicílio.

Este resultado transparece a importância de se investir em análises que questionem a estrutura social na qual os brancos têm posições muito favoráveis. Para alunos de mesma renda familiar média, o percentual de brancos com acesso à internet e com pelo menos um computador disponível em casa é muito maior do que alunos dos outros grupos. Mais da metade dos estudantes brancos possuem pelo menos um computador disponível em casa e mais de 73 por cento do mesmo grupo possui acesso à internet. Este resultado vai ao encontro do indicado por Maria Aparecida Bento na sua tese de doutorado: “Evitar focalizar o branco é evitar discutir as



diferentes dimensões do privilégio. Mesmo em situação de pobreza, o branco tem o privilégio simbólico da branquitude, o que não é pouca coisa” (BENTO, 2002, p. 28).

Tabela 3. Percentual de estudantes com acesso à internet e computador disponível em casa.

	Na sua residência tem acesso à Internet?		Na sua residência tem computador?				
	Não	Sim	Não	Sim, 1	Sim, 2	Sim, 3	Sim, 4 ou mais
Amarela	34,16%	65,84%	59,43%	37,42%	2,64%	0,36%	0,15%
<b>Branca</b>	<b>26,45%</b>	<b>73,55%</b>	<b>48,13%</b>	<b>47,16%</b>	<b>4,01%</b>	<b>0,56%</b>	<b>0,14%</b>
Indígena	48,49%	51,51%	69,25%	28,29%	2,06%	0,26%	0,14%
Parda	42,40%	57,60%	65,38%	32,51%	1,82%	0,24%	0,05%
Preta	38,22%	61,78%	62,95%	34,89%	1,87%	0,21%	0,07%

Fonte: Autor. Dados: INEP, 2018.

Desconsiderar o impacto das diferentes condições de acesso aos materiais educativos no delineamento de políticas educacionais é, no mínimo, contribuir com a perpetuação de um tecido social construído para o favorecimento dos brancos. Recentemente, em meio ao isolamento social e suspensão das aulas devido ao avanço da pandemia da COVID-19, o então ministro da Educação sustentou a manutenção da realização do ENEM sem adiamentos em 2020<sup>3</sup> (LEMOS, 2020). Esta decisão tende a favorecer, primeiramente, estudantes de classes mais favorecidas economicamente e, em especial, os brancos, como apontam os resultados obtidos.

## 5 CONCLUSÕES

Este trabalho teve o objetivo de discutir de que maneira os privilégios da branquitude impactam no acesso ao ensino superior público brasileiro. Primeiramente foi realizada uma discussão apresentando os principais trabalhos que fundaram os chamados *critical whiteness studies* no contexto internacional e brasileiro.

Com base em análise dos microdados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2018, mostrou-se que os brancos que realizam o exame tendem a acessar cursos de maior potencial remuneratório futuro, sugerindo assim a manutenção das desigualdades sociais. Controlando-se a renda dos candidatos, os resultados indicam que alunos brancos possuem

<sup>3</sup> Até o dia 07 de maio de 2020 a data de realização do ENEM em novembro estava mantida.

melhor estrutura domiciliar para desenvolvimento dos estudos, ao possuírem, em média, mais acesso à internet e a computadores do que candidatos de outros grupos.

Reconhece-se o importante papel social das políticas de ações afirmativas. Neste trabalho, contudo, a lente foi focada nos brancos e nos privilégios estruturais que permitem que gerações após gerações a sua dominância continue sendo exercida na sociedade brasileira. Como perspectiva de estudo futuro, seria importante expandir as análises para outros anos de aplicação do ENEM ou até mesmo para outras políticas educacionais, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) ou o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA).

Por fim, gostaria de destacar que a publicação deste trabalho gera uma grande satisfação na medida em que permite tentar objetivar a subjetividade a fim de denunciar uma estrutura de privilégios que, se não problematizada, tende a se cristalizar cada vez mais no contexto social brasileiro.

## **WHITENESS PRIVILEGES AND THE REPRODUCTION OF SOCIAL INEQUALITIES IN BRAZILIAN EDUCATION**

### **ABSTRACT**

Critical whiteness studies emerged in the mid-1990s. This perspective arise in the context of research on ethnic-racial relations in order to problematize a whole structure in favor of the white population. Trying to give visibility to this structure, this study aims to analyze how the symbolic privileges of whiteness materialize in access to Brazilian public higher education. The analyzes were carried out based on the data from the National High School Exam of 2018. The results show that whites tend to access courses and pursue professions with higher remuneration potential. This advantage is the product of an entire historically constructed favoring structure. As an example, selecting students of the same level of economic capital, white candidates have a better home structure for carrying out their studies because they had more internet access and more computers to use than black, brown, indigenous or yellow students. All results are analyzed in the light of studies by Brazilian whiteness theorists.

**Keywords:** Whiteness, ENEM, ethnic-racial, inequalities.

### **REFERÊNCIAS**

ALVES-BRITO, Alan *et al.* Histórias (In)visíveis nas Ciências. I. Cheikh Anta Diop: um corpo negro na Física. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros - ABPN**, v. 12, n. 31, p. 292–318, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.31418/2177-2770.2020.v12.n.31.p292-318>.

BARCELOS, Luiz Claudio. Educação e desigualdades raciais no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 86, p. 15–24, 2013.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BIKO, Steve. **Escrevo o que eu quero**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

BÔAS, Bruno Villas. Pela 1ª vez, metade dos alunos das universidades públicas é negra. **Valor Econômico**, Rio de Janeiro, 14 nov. 2019 Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/11/14/pela-1a-vez-metade-dos-alunos-de-universidade-publica-e-negra.ghtml>.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

CARDOSO, Lourenço. **O branco “invisível”: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957-2007)**. [Dissertação de mestrado], Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais, 2008.

CARDOSO, Lourenço. Acritical and Critical Whiteness: a racial supremacy and the antiracist white. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 8, n. 1, p. 607–630, 2010.

DOANE, Ashley W.; BONILLA-SILVA, Eduardo. Rethinking whiteness studies. *In: White out*. Routledge, 2013. p. 11–26.

DU BOIS, William Edward Burghardt. **Black Reconstruction in America: Toward a history of the part which black folk played in the attempt to reconstruct democracy in America, 1860-1880**. Routledge, 2017.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. Patologia social do ‘branco’ brasileiro. *In: GUERREIRO RAMOS, Alberto (org.). Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio: Editorial Andes Limit, p. 171–192, 1957.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Acesso de negros às universidades públicas. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 247–268, 2003.

HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, v. 86, 1979.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. **Cadernos de pesquisa**, n. 73, p. 5-12, 2013.

JÚNIOR, João Feres; DAFLON, Verônica Toste. Políticas da igualdade racial no ensino superior. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, n. 5, p. 31–44, 2014.

KLEIN, Ruben; FONTANIVE, Nilma; CARVALHO, José Carmello Braz de. O desempenho de alunos dos cursos pré-vestibulares comunitários no ENEM 2006: análise de um possível impacto da capacitação de professores. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 15, n. 56, p. 373–392, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362007000300005>.

KOLCHIN, Peter. Whiteness Studies : The New History of Race in America. **The Journal of American History**, v. 89, n. 1, p. 154–173, 2009.

LE, Paul T.; MATIAS, Cheryl E. Towards a truer multicultural science education: how whiteness impacts science education. **Cultural Studies of Science Education**, v. 14, n. 1, p. 15–31, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11422-017-9854-9>.

LEMOS, Iara. Em reunião com senadores, Weintraub diz que Enem não foi feito para corrigir injustiças. **Folha de São Paulo**, 5 maio. 2020 Disponível em: <https://folha.com/d4n51zc6>.

MARCOM, Guilherme Stecca; KLEINKE, Maurício Urban. Análises dos distratores das questões de Física em Exames de Larga Escala. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, v. 33, n. 1, p. 72–91, 2016.

NASCIMENTO, Matheus Monteiro. **O acesso ao ensino superior público brasileiro: um estudo quantitativo a partir dos microdados do Exame Nacional do Ensino Médio**. 2019. Tese (Doutorado em Ensino de Física) – Departamento de Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

PETRUCCELLI, José Luis; SABOIA, Ana Lucia. **Características étnico-raciais da população: classificações e identidades**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística--IBGE, 2013.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. Educação em Ciências na Escola Democrática e as Relações Étnico-Raciais. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, p. 329–344, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.28976/1984-2686rbpec2019u329344>.

RIBEIRO COROSSACZ, Valeria. **Razzismo, meticciano, democrazia razziale. Le politiche della razza in Brasile**. Soveria Mannelli: Rubbettino, 2005.

RIBEIRO COROSSACZ, Valeria. Relatos de branquitude entre um grupo de homens brancos do Rio de Janeiro. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 105, p. 43–64, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/rccs.5790>.

ROSA, Katemari. Race, Gender, and Sexual Minorities in Physics: Hashtag Activism in Brazil. *In: Upgrading Physics Education to Meet the Needs of Society*. Springer, 2019. p. 221–238.

SAMMEL, Ali. Turning the focus from “other” to science education: Exploring the invisibility of Whiteness. **Cultural Studies of Science Education**, v. 4, n. 3, p. 649–656, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11422-009-9184-7>.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana.** 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012

SILVERIO, Valter Roberto. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. **Cadernos de pesquisa**, n. 117, p. 219–246, 2002.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, Jessé. **A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade.** Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

SOVIK, Liv. We are family: Whiteness in the Brazilian media. **Journal of Latin American Cultural Studies**, v. 13, n. 3, p. 315–325, 2004.

TEAM, R. Core. R language definition. **Vienna, Austria: R foundation for statistical computing**, 2000.

TELLES, Edward Eric. **Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica.** Relume Dumará, 2003.

TRAVITZKI, Rodrigo. **ENEM: limites e possibilidades.** 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

TWINE, France Winddance; GALLAGHER, Charles. The future of whiteness: A map of the ‘third wave’. **Ethnic and racial studies**, v. 31, n. 1, p. 4–24, 2008.

VERRANGIA, Douglas; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Cidadania, relações étnico-raciais e educação: desafios e potencialidades do ensino de Ciências. **Educação e Pesquisa**, v. 36, n. 3, p. 705–718, 2010.

VIEIRA, Odair Alves; ROHDEN, Josiane Brolo; PAULA, Claudemir da Silva. Relações étnico-raciais nos livros didáticos de Matemática do 1º ao 5º anos do Ensino Fundamental. **Revista Educação, Cultura e Sociedade**, v. 7, n. 1, 2016.

Recebido em 15 de abril de 2020. Aprovado em 01 de junho de 2020.

A **Revista Educação, Cultura e Sociedade** é uma publicação da Universidade do Estado do Mato Grosso, Brasil, iniciada em 2011.